

SUMÁRIO

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
1. Introdução – fundamentos legais	17
2. Elementos históricos	20
3. Noção ideológica de sucessão	22
4. Momento e lugar em que se abre a sucessão (srts. 1.784 e 1.785 do Código Civil)	27
4.1 Do momento em que se abre a sucessão	27
4.2 Do lugar em que se abre a sucessão	33
5. Administração da herança (arts. 1.791 a 1.796 do Código Civil)	34
6. Aceitação e renúncia da herança (arts. 1.804 a 1.813 do Código Civil)	35
7. Dos excluídos da sucessão (arts. 1.814 a 1.818 do Código Civil)	40
7.1 Formas de exclusão: indignidade e deserdação	40
7.2 Reabilitação do indigno	42
8. Herança jacente (arts. 1.819 a 1.823 do Código Civil)	43
9. Petição de herança (arts. 1.824 a 1.828 do Código Civil)	45
II. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA	47
1. Ordem de vocação hereditária (arts. 1.829 a 1.844 do Código Civil)	47

2. Sucessão legítima na união estável (art. 1.790 do Código Civil)	53
3. Herdeiros necessários (arts. 1.845 a 1.850 do Código Civil).....	67
4. Direito de representação (arts. 1.851 a 1.856 do Código Civil)	68
III. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	69
1. Sucessão testamentária (arts. 1.857 a 1.911 do Código Civil)...	69
1.1 Conceito e definição	69
1.2 Características do testamento	71
1.3 Capacidade para testar (arts. 1.860 e 1.861 do Código Civil)	71
2. Formas ordinárias de testamento (arts. 1.862 e 1.863 do Código Civil)	72
3. Formas especiais de testamento	79
4. Testemunhas testamentárias	84
5. Legados (arts. 1.912 a 1.946 do Código Civil)	85
5.1 Conceito	85
5.2 Caducidade dos legados (arts. 1.939 e 1.940 do Código Civil)	86
6. Redução das disposições testamentárias (arts. 1.966 a 1.968 do Código Civil)	88
7. Das substituições (arts. 1.947 a 1.950 do Código Civil)	89
8. Deserdação (arts. 1.961 a 1.965 do Código Civil)	90
9. Revogação e caducidade do testamento (arts. 1.969 a 1.972 do Código Civil)	92
10. Rompimento ou ruptura do testamento (arts. 1.973 a 1.975 do Código Civil)	93
11. Testamenteiro (arts. 1.976 a 1.990 do Código Civil)	94
IV. INVENTÁRIO E PARTILHA (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) – (ARTS. 1.991 A 2.027 DO CÓDIGO CIVIL E LEI 11.441/2007) ..	95
1. Inventário e partilha – novos procedimentos	95
2. Inventário judicial	97
2.1 Procedimento	97
2.2 Nomeação do inventariante	99
2.3 Remoção do inventariante	100

3. Arrolamento	101
4. Alvará judicial	102
5. Sonegação de bens (arts. 1.992 a 1.996 do Código Civil)	103
6. Pagamento das dívidas (arts. 1.997 a 2.001 do Código Civil)...	104
7. Colaço (arts. 2.002 a 2.012 do Código Civil)	105
8. Partilha judicial (arts. 2.013 a 2.022 do Código Civil)	107
8.1 Conceito	107
8.2 Anulação e rescisão da partilha (art. 2.027 do Código Civil)	108
8.3 Emenda ou retificação da partilha	109
8.4 Sobrepartilha	109
9. Garantia dos quinhões hereditários (arts. 2.023 a 2.026 do Código Civil)	110
10. Inventário judicial e extrajudicial negativo	110
 V. LEI FEDERAL 11.441/2007, DE 04.01.2007 – DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO 35, DE 24.04.2007 – DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) – COMENTÁRIOS E CRÍTICAS – SUGESTÕES À APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DA LEI	113
1. Aplicabilidade da Lei 11.441 de 4 de janeiro de 2007	113
2. Comentários à Lei 11.441/2007 e à Resolução 35/2007	123
3. Das recomendações finais	124
 VI. JURISPRUDÊNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO SUCESSÓRIO	127
 VII. PEÇAS PRÁTICAS DE UM PROCESSO DE INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E TESTAMENTO	137
1. Fases do processo de inventário	137
1. Petição inicial	138
2. Competência	142
3. Nomeação de Inventariante	144
4. Termo de compromisso	144
5. Primeiras declarações – Apresentação de bens e herdeiros .	145
6. Avaliação dos bens	146
7. Apresentação das últimas declarações	147

8. Cálculo das custas judiciais e cálculo do imposto de transmissão <i>causa mortis</i>	147
9. Sentença de cálculo	148
10. Pagamento das despesas e juntadas das certidões negativas	149
11. Apresentação do pedido de quinhão	149
12. Os autos vão ao partidor judicial	150
13. Homologação da partilha	150
14. Expedição de títulos – formal de partilha e carta de adjudicação	151
15. Escritura pública de inventário e partilha (modelos)	168
REFERÊNCIAS	175